

Lucas Noura de Moraes Rêgo Guimarães

REGULAÇÃO DA EXPLORAÇÃO
DA ELETRICIDADE: compatibilidade
com as leis da natureza e com a
ordem econômica constitucional

EDITORA CRV
Curitiba - Brasil
2013

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Diagramação e Capa: Editora CRV

Revisão: Os Autores

Conselho Editorial:

Prof.ª. Dr.ª. Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR - RO)	Prof. Dr. Leonel Severo Rocha (URI)
Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Prof.ª. Dr.ª. Lourdes Helena da Silva (UFV)
Prof.ª. Dr.ª. Carlos Frederico Dominguez Avila (UnB - DF)	Prof.ª. Dr.ª. Josania Portela (UFPI)
Prof.ª. Dr.ª. Carmen Tereza Velanga (UNIR - RO)	Prof.ª. Dr.ª. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UNIR - RO)
Prof. Dr. Celso Conti (UFSCAR - SP)	Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL - MG)
Prof.ª. Dr.ª. Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana - Cuba)	Prof.ª. Dr.ª. Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFS)
Prof. Dr. Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Prof. Dr. Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana - Cuba)	Prof.ª. Dr.ª. Solange Helena Ximenes-Rocha (UFPA)
Prof. Dr. Joao Adalberto Campato Junior (FAP - SP)	Prof.ª. Dr.ª. Sydione Santos (UEPG PR)
Prof. Dr. Jailson Alves dos Santos (UFRJ)	Prof. Dr. Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
	Prof.ª. Dr.ª. Tania Suely Azevedo Brasileiro (UNIR - RO)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G979r

Guimarães, Lucas Noura de Moraes Rêgo

Regulação da exploração da eletricidade: compatibilidade com as leis da natureza e com a ordem econômica constitucional / Lucas Noura de Moraes Rêgo Guimarães. - 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2013.

308p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-8042-607-6

1. Energia elétrica - Brasil 2. Serviços de eletricidade - Brasil 3. Direito e economia. I. Título.

13-0618.

CDU: 346

29.01.13 31.01.13

042455

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004.

2013

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela:

Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418

www.editoracrv.com.br

E-mail: sac@editoracrv.com.br

971814

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
-----------------------	-----------

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1 - RELAÇÕES ENTRE O DIREITO E A ECONOMIA:

compreensão dos fenômenos econômicos para

uma regulação econômica eficaz	23
1.1 Karl Marx: o materialismo histórico e a superestrutura jurídica	26
1.1.1 O Direito enquanto produto das relações econômicas	27
1.1.2 A teoria marxista do Direito	29
1.2 A visão de Rudolph Stammler	32
1.2.1 Introdução	33
1.2.2 Monismo social	35
1.3 Max Weber e a teoria da interação entre Direito e Economia	36
1.4 A Análise Econômica do Direito (AED)	42
1.4.1 Introdução e surgimento da AED	42
1.4.2 Tradição romano-germânica vs. tradição anglo-saxã	43
1.4.3 Law & Economics	49
1.4.4 Eficiência	51
1.4.5 Racionalidade	53
1.4.6 A Nova Economia Institucional	55
1.5 Conclusões parciais	59

CAPÍTULO 2 - A ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO:

as ideologias	65
2.1 Liberalismo	66
2.1.1 Liberalismo econômico na França e na Inglaterra	66
2.1.2 O mercado livre	68
2.1.2.1 Fatores pré-mercado livre e instituições do século XIX	70
2.1.2.2 O mito da economia “naturalmente” controlada pelo mercado	71
2.1.2.3 “Mercadorização” do homem e da natureza e práticas intervencionistas como freio ao laissez-faire	75
2.1.3 Crítica ao normativismo econômico liberal	79
2.2 Intervencionismo	81
2.2.1 O Estado no intervencionismo	88
2.2.2 O Estado Social de Direito	90
2.3 Neoliberalismo	92
2.3.1 O discurso neoliberal	92

2.3.1.1 Von Mises e a crítica ao intervencionismo	94
2.3.1.2 Hayek e a defesa da liberdade no contexto nacional-socialista	96
2.3.2 Políticas neoliberais: o Consenso de Washington, a globalização e o pensamento homogêneo	98
2.4 Conclusões parciais	102

CAPÍTULO 3 - A ENERGIA COMO FATOR PREPONDERANTE DA EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE.....

3.1 Conceito de energia, conversores e as leis da termodinâmica.....	106
3.2 Energia: questões econômicas e ecológicas	108
3.2.1 Energia e desenvolvimento das sociedades	110
3.2.2 Energia e as leis da termodinâmica: da Revolução Industrial à crise energética.....	115
3.2.2.1 A exploração da lenha e do carvão e a invenção da máquina a vapor	115
3.2.2.2 O advento da eletricidade	118
3.2.2.3 A exploração do petróleo e a crise energética da década de 70	119
3.2.2.4 As mudanças posteriores.....	121
3.2.3 Lei da entropia e o processo produtivo econômico	123
3.3 Características do sistema energético brasileiro: incompatibilidades com a lógica estrita do mercado.....	128
3.4 Conclusões parciais	134

CAPÍTULO 4 - A ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL:

fases do desenvolvimento do setor	137
4.1 O primeiro período: 1880-1930	137
4.2 Do Código de Águas até a década da abertura (1990): energia como serviço público.....	144
4.2.1 O período de lançamento das bases institucionais	145
4.2.1.1 Antecedentes legais do Código de Águas	151
4.2.2 O período de lançamento das bases econômico-financeiras	153
4.2.3 O período do governo de JK e a consolidação do setor elétrico	158
4.2.4 O período do governo militar	163
4.2.4.1 O milagre econômico	163
4.2.4.2 A crise energética mundial e seus reflexos no Brasil	167
4.2.5 Anos 80: instrumentalização das estatais.....	171
4.3 A privatização	175
4.3.1 A estruturação do setor com vistas à privatização.....	176
4.3.2 Os resultados da privatização	178
4.4 Novas perspectivas pós-privatização.....	186

CAPÍTULO 5 - A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E ELETRICIDADE EM OUTROS PAÍSES

5.1 A experiência argentina	191
5.1.1 Retrospectiva do setor elétrico argentino	192
5.1.2 Aspectos institucionais	197
5.1.3 Período que se seguiu à regulação	199
5.2 O modelo dos Estados Unidos da América	204
5.2.1 Histórico do setor elétrico norte-americano e a falta de uma política energética integrada	204
5.2.2 Aspectos institucionais	212
5.2.3 O modelo do estado da Califórnia: a crise de 2001	215
5.3 A eletricidade em outros países: Inglaterra, Alemanha e Japão	223
5.3.1 Inglaterra	224
5.3.2 Alemanha	227
5.3.3 Japão	229
5.4 Conclusões parciais	231

CAPÍTULO 6 - REGULAÇÃO DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO

6.1 A relação entre Economia e eletricidade	237
6.2 Estado e eletricidade no Direito brasileiro	243
6.2.1 A Constituição e os valores a realizar	244
6.2.2 A Constituição e a ideia de energia elétrica como serviço público	247
6.2.3 A natureza determinante do planejamento energético	252
6.2.3.1 O Plano Nacional de Energia 2030	255
6.2.3.2 O Plano Decenal de Expansão de Energia 2019	257
6.2.4 A Eletrobras e a constitucionalidade de sua atuação	259
6.2.5 Os princípios e ideologias orientadores das regras infraconstitucionais	262
6.2.5.1 Leis introduzidas no período das privatizações	264
6.2.5.2 A legislação que alterou o modelo do setor elétrico introduzido na década de 90	268
6.2.6 A jurisprudência brasileira sobre eletricidade	273
6.3 Conclusões parciais	279

CONCLUSÕES	281
-------------------------	-----

POSFÁCIO	287
-----------------------	-----

REFERÊNCIAS	289
--------------------------	-----

SOBRE O AUTOR	307
----------------------------	-----